

Migrações, media e nostalgia

Isabel Ferin

MIGRAÇÕES E CIDADES

No final do século XX e início do Milénio, o fenómeno das Migrações constitui um desafio político, económico e social, estudado exaustivamente nas universidades e academias, em função das áreas disciplinares. Não há uma única teoria que possa, por si só, explicar a complexidade e a totalidade das movimentações de pessoas e comunidades, bem como dos fluxos e refluxos dessas mobilidades. A dimensão deste fenómeno justifica que se intitule este período a “Era das Migrações”, tal como o fizeram, na sua obra, Castles e Miller (1999). As primeiras teorias que procuraram compreender este acontecimento pressupunham as Migrações como um fluxo unidirecional, focalizado em fatores de atração e repulsa, provocados quer por relações coloniais e/ou carências económicas nos países de origem, quer por demanda de mão-de-obra nos países de acolhimento. Na atualidade, esta concepção teórica foi substituída por interpretações que privilegiam as Migrações como uma construção de redes transnacionais (Portes, 2006) de geografias variáveis e em constante mutação. Neste sentido, já não se justifica falar de imigração ou emigração, mas sim de Migrações, partindo do princípio que a mobilidade é um elemento da globalização e que os países de acolhimento podem ser, amanhã, países de origem de migrantes.

Deve-se ter em conta ainda que o conceito Migrações envolve diferentes escalas espaciais e temporais. Por exemplo, segundo a ONU, as Migrações dão-se quando há alterações do local de residência, por um período de pelo menos um ano, para um local relativamente afastado. Nesta aceção estão os deslocamentos de pessoas para outros países, regiões ou continentes — por exemplo dos Paquistaneses para Londres, dos Guineenses para Lisboa — mas também, em países com dimensões continentais, as movimentações entre regiões do mesmo país, como no Brasil, dos nordestinos para São Paulo. Há ainda Migrações sazonais, que envolvem outras dimensões de espaço e tempo, e se dão no interior de um país — caso dos trabalhadores alentejanos que, em Portugal, migram para a apanha do tomate no Ribatejo — ou ainda aquelas que mobilizam trabalhadores, com base num contrato de trabalho por um período fixo, como por exemplo, as mulheres marroquinas para a apanha de morangos na Andaluzia espanhola, ou os portugueses para os hotéis das estâncias de Inverno na Suíça. Entre estas estadias curtas, que se integram nas Migrações, mesmo que posteriormente se alarguem, estão as mobilidades de estudantes, mas também, as de executivos e trabalhadores qualificados de grandes empresas multinacionais, ou ainda as deambulações de viajantes profissionais.

Pode-se, ainda, conferir às Migrações um sentido de deslocamento diário, predominantemente urbano, que promove a mobilidade quotidiana de massas das periferias das grandes cidades para os centros e destes para a periferia, obedecendo a ritmos e ocupações profissionais. Estes deslocamentos conferem aos espaços urbanos ocupações transitórias cronometradas pelas atividades produtivas e associadas às hierarquias económicas e sociais. Por exemplo, os centros das grandes cidades ocidentais acordam às 5h com um batalhão de empregadas de limpeza, maioritariamente imigrantes de países do Sul; entre as 8 e as 10h entram os funcionários menos qualificados, muitos já pertencem às segundas gerações de migrantes; a partir das 10h chegam os quadros médios e superiores, quase todos com origem no país.

Independentemente do conceito Migrações envolver todas estas acepções e matizes, e muitas destas questões estarem presentes neste trabalho, a proposta deste artigo enquadra-se nas Migrações internacionais e fundamenta-se nas observações realizadas dentro de um espaço cultural e linguístico balizado pelas relações coloniais e pós-coloniais de Portugal, incidindo em imigrantes brasileiros e dos PALOP.

As grandes cidades têm historicamente uma relação íntima com as Migrações. Ao recuar às grandes civilizações clássicas do Ocidente e do Oriente encontram-se nas grandes metrópoles, normalmente capitais de impérios, populações de origens longínquas, com estatutos políticos e económicos diversificados. Na Europa, a Idade Média consolidou esta tendência da cidade como polo de atração de populações em busca de melhores condições de vida, no momento em que estes centros deram origem a atividades de acumulação de capital, gerando uma classe burguesa autónoma. Apesar de a história apresentar exemplos de Migrações que tiveram como origem e destino os meios rurais — como por exemplo as dos camponeses europeus da Inglaterra, Irlanda, Itália e da Escandinávia, nos séculos XVIII e XIX, para os Estados Unidos ou a Austrália —, a generalidade dos movimentos migratórios procura os centros urbanos. No século XX a urbanização tornou-se um processo global com crescimento mais rápido que a totalidade da população mundial, estimando-se hoje que mais de metade da população viva em grandes metrópoles da Ásia, América Latina e do Norte, bem como da Europa e África (Castles e Miller, 1999). As megacidades constituíram polos de atração de migrantes do mesmo continente e de outros continentes, ao mesmo tempo que integraram e organizaram redes à escala global, dando origem à “cidade global” (Sassen, 1991). Estas aglutinam sedes de empresas transnacionais, multiplicam as ofertas de serviços, tornando o local, por excelência, de implementação e experimentação de produtos de inovação tecnológica e científica. A cidade global é também um centro gerador de oportunidades múltiplas para os migrantes, não só por oferecer potencialmente mais emprego como por gerar a possibilidade de os migrantes criarem os seus próprios empregos.

As grandes cidades não têm uma geografia e ocupação uniforme. Nas cidades europeias e norte-americanas mais antigas, a tendência é a existência de um centro de negócios e serviços, densamente edificado na vertical e superpovoado em períodos determinados do dia, correspondendo aos ritmos do quotidiano de trabalho e lazer. Este centro rico e moderno, dotado de dispositivos eficientes de segurança, coabita, não poucas vezes, com outro centro, de habitações deterioradas e abandonado pelos serviços mínimos, ocupado por pobres, desempregados e migrantes de diversas origens étnicas, onde a insegurança e a criminalidade são uma constante (Giddens, 2004, p. 582-586). Mas, algumas cidades europeias — nomeadamente aquelas que só a partir dos anos 80 do século passado começaram a constituir-se como polos massivos de atração de migrantes, o caso de Paris, Madrid e Lisboa — em função das políticas de ocupação de solo, e dos programas sociais de realojamento, desenvolveram uma constelação de subúrbios «sociais» distantes, com prédios de baixa qualidade e custo, onde instalaram, por vezes compulsivamente, os migrantes advindos de outros países.

LISBOA: LOCAL DE ENCONTROS E PASSAGEM

A cidade de Lisboa que, durante séculos, abrigou dentro e em redor das suas muralhas migrantes e grupos étnicos de proveniências distintas é, como afirma Jorge Gaspar (s.d), uma “daquelas grandes cidades que se vão construindo por acumulação de gerações, adaptando as virtualidades do sítio às novas solicitações dos contextos internacionais, nacionais e regionais”. A toponímia da cidade e os elementos arqueológicos que contém — vestígios da conquista romana, das guerras entre mouros e cristãos, da escravatura africana persistente (Tinhorão, 1997), das pestes e perseguições aos judeus, dos cataclismos, como o Terramoto de 1755 — demonstram de forma inequívoca o ecletismo da ocupação. Por exemplo, o bairro da Mouraria, a Rua da Judiaria (remanescente do bairro Judeu no bairro de Alfama), a Rua de Poço dos Negros, em Santos, o antigo bairro do Mocambo, hoje Madragoa, ou ainda os nomes atribuídos a igrejas, ruas e travessas atestam a presença de gentes de diversas origens.

Nos anos 60, as migrações dos camponeses portugueses para a cidade de Lisboa, atraídos pela industrialização e oportunidades nos serviços, criou uma cintura urbana em torno da cidade dispersa por terrenos baldios, vales de ribeiras e cursos freáticos, bem como na borda de antigas estradas militares. Estes anos são caracterizados por um deficit habitacional (Nunes, 2005, p. 123-125) que só será sanado nos finais da década de noventa, através de três dispositivos importantes: a legalização de ocupações e construções ilegais em torno da cidade; as facilidades de crédito à habitação concedido pelos bancos privados; os planos de realojamento, muitas vezes compulsivos, de populações migrantes (portugueses e estrangeiros) de baixa renda. É importante

referir que este deficit habitacional atingiu proporções dramáticas após o 25 de Abril de 1974, quando do retorno de cerca de 700 mil portugueses e luso-descendentes das ex-colónias de África. Muitas destas famílias foram alojadas em hotéis, alugados pelo Estado, e posteriormente, visto não apresentarem condições de sobrevivência, foram instaladas em edifícios públicos abandonados ou em casas confiscadas aos proprietários. A precariedade de muitas destas situações levou os agregados familiares a construírem as suas próprias habitações, dando origem a bairros de auto-construção e de “barracas” (favelas). Destes bairros algumas famílias saíram na década de noventa para habitar os bairros sociais, outras ampliaram aquelas construções e assistiram à expansão e transformação dos bairros. Estes bairros adquiriram, nos anos seguintes, novas dimensões com a concentração e processo de sedentarização dos ciganos portugueses e a chegada de novos migrantes advindos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

No início do milénio, o centro da cidade de Lisboa perdeu mais de 500 mil habitantes e viu surgir, à sua volta, grandes aglomerados suburbanos, pontuados por bairros de realojamento social. Este fenómeno de conurbação — que se expande em 6 eixos, 4 com origem na margem Norte do Estuário do Tejo e dois com origem na margem Sul — deu origem à área metropolitana de Lisboa, ou à Grande Lisboa, que reúne cerca de um milhão e meio de habitantes, num país que conta com pouco mais de 10 milhões. Enquanto o eixo que vai de Lisboa à região do Estoril/Cascais apresenta os mais elevados indicadores económicos e sociais do país, os três restantes eixos constituem na generalidade “cidades dormitórios” com padrões económicos e sociais mais diversificados, onde coexistem a par de bairros e condomínios de classe média, e média alta, bairros de habitat clandestino ou degradado, maioritariamente habitados por populações de origem africana e de etnia cigana (Raposo, 2005, p. 153-157).

O maior contingente de imigrantes na região da Grande Lisboa¹ — que compreende concelhos (prefeituras) a Norte e a Sul do Rio Tejo, ligados por duas pontes — tem origem, como já se referiu, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e a história da sua presença radica nos finais da década de sessenta, quando os trabalhadores portugueses emigraram para outros países europeus, sendo substituídos por mão-de-obra cabo-verdiana. A revolução de 25 de Abril de 1974 e as posteriores independências das colónias africanas contribuíram para a chegada de “retornados” e de “luso-africanos” a Portugal, a que se seguiram fluxos de imigrantes desses países, nas décadas de oitenta e noventa, em busca de paz e melhores condições de vida (Pires, 2003).

Segundo dados dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), referentes a 2007, cerca de 37 000 cidadãos cabo-verdianos residem na área metropolitana de Lisboa, nos concelhos da Amadora, Loures, Oeiras e Sintra. É também nessa região que habitam maioritariamente os

¹ Os concelhos a Norte do Tejo são: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras e Sintra. Os Concelhos a Sul são: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

angolanos (32. 728), guineenses (23. 733) e são-tomenses (10. 627). A maior parte desta população, com baixas qualificações, habita em bairros sociais ou de auto-construção e encontra ocupação na construção civil, obras públicas e indústrias (os homens), no comércio e nos serviços domésticos (as mulheres) (Baganha e all., 2002).

A situação desses bairros na periferia pobre da Grande Lisboa tende a criar guetos, onde são reduzidas as possibilidades de contato com os cidadãos nacionais e se instalaram dinâmicas de reprodução social desvantajosas fundadas no insucesso escolar e nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Contudo, como referem alguns autores (Vala e Torres, 2007), estes bairros, predominantemente étnicos, apesar de tenderem a reproduzir desvantagens sociais, oferecem também aos seus habitantes — numa sociedade de acolhimento, percebida muitas vezes como hostil — um conjunto de recursos que permitem suprir importantes necessidades sociais, culturais e mesmo económicas.

Os planos de realojamento e os bairros construídos ao abrigo destes projetos, na década de 90 e início do milénio, na Grande Lisboa, não vieram criar rupturas na lógica de concentração dos mais desfavorecidos, quer nacionais, quer estrangeiros, que continuam a ocupar espaços vagos, nas margens Norte e Sul do Tejo, onde as “barracas” vieram dar origem a bairros sociais.

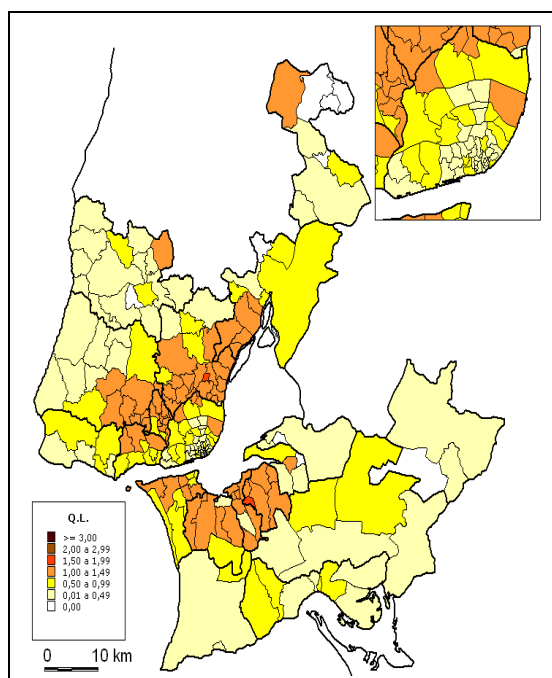


Fig. 1 – Quocientes de localização dos estrangeiros, nacionais dos PALOP, nas freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, em 2001 (Fonseca, 2003).

Contar a história dos migrantes brasileiros em Portugal é enunciar um percurso de

fluxos e refluxos, fundados em trajetórias de vida pessoais, mas também dos ciclos económicos e políticos dos dois países. Recuando aos finais da década de oitenta, podem-se identificar duas fases da imigração brasileira em Portugal, de 1989 a 1996 e de 1997 à atualidade. Estas duas fases estão ancoradas em dinâmicas recíprocas dos países — que incluem as ancestrais redes sociais de natureza familiar, social e cultural — como nas que advêm de laços institucionais, políticos e económicos. De uma forma resumida pode-se afirmar que os migrantes que chegaram a Portugal na década de oitenta vieram integrar o mercado primário de trabalho, caracterizado por condições de estabilidade e bons salários, ocupando *nichos* de mercado para os quais, num momento de acelerada modernização, os portugueses não tinham adquirido suficiente capacitação. Deste modo, a imigração brasileira desta primeira fase inclui quadros superiores (dentistas, publicitários, técnicos de informática e audiovisual) e empresários, num total de cerca de 10 000 cidadãos. Estes indivíduos representaram para os empregadores, e para a sociedade em geral, uma mais valia e um reforço qualificado das forças de trabalho nacional. São exemplo desta realidade os profissionais que chegaram por volta de 1992 e vieram suprir as necessidades do mercado dos Media, em expansão, criado pela concessão de redes de televisão a operadores privados. Esta imigração, que entra por canais legais em Portugal e vê reconhecidas as suas competências e qualificações, concorre em pé de igualdade com os nacionais por melhores salários e estatutos sociais. Não admira, portanto, que as fricções resultantes da sua chegada se façam sentir sobretudo no seio de organizações de elevado pendor corporativo (como, por exemplo, a Ordem dos Médicos e as universidades públicas), dando origem a tensões políticas e a acordos reguladores bilaterais, como os que certificaram a atividade dos dentistas e o reconhecimento de diplomas do ensino superior.

Na segunda fase, que começa no final da década de noventa e se prolonga pelo início do milénio, os brasileiros vieram ocupar postos de trabalho no mercado secundário — obras públicas e serviços não qualificados —, caracterizado pela precariedade laboral e baixos salários. (Peixoto, 2004). Estes migrantes possuem, na generalidade, também, um estatuto jurídico precário que se traduz em vistos temporários associados a contratos de trabalho a termo certo, ou mesmo a situações *toleradas* de trabalho com vistos de turismo válidos por seis meses, em função da prorrogação prevista nos acordos bilaterais Portugal-Brasil. As tarefas desempenhadas por estes indivíduos, maioritariamente entre os 20-35 anos (Malheiros, 2007), inserem-se nos setores de serviços, principalmente no comércio e na restauração, postos de trabalho que não promovem nem qualificação, nem carreira aos seus agentes, mas exigem alguma especialização e qualificação para o seu exercício. Acresce que esta população, maioritariamente jovem, traz uma escolaridade maior do que a média portuguesa, hábitos de vida e consumo em centros urbanos mais populosos, bem como experiências num mercado de trabalho mais dinâmico, disciplinado e competitivo.

De ter em conta, ainda, que os migrantes brasileiros se encontram dispersos no país e, de certa forma, a sua fixação em Portugal coincide com as regiões de origem de migrações portuguesas para o Brasil. Assim, os distritos do Porto, Aveiro e Coimbra são os que mais migrantes brasileiros registam, a seguir a Lisboa/Setúbal e ao Algarve, polos económicos de atração, por excelência. No total, em 2007, e segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2007), estão registados em Portugal 66 354 brasileiros. De notar, ainda, que apesar de, na totalidade da população estrangeira, os homens constituírem 55% do contingente populacional, entre os imigrantes brasileiros, as mulheres estão mais representadas (34 520) que os homens (31 834) (SEF, 2007, p. 18).

As condições de habitação dos imigrantes brasileiros em Portugal diferem das dos PALOP. Antes de mais, porque muitos brasileiros que procuraram o país para residir tinham laços familiares, mesmo distantes, ou de vizinhança e amizade. Estes laços que integravam redes de sociabilidade transatlânticas, mesmo quando acabaram por falhar, criaram condições um pouco mais favoráveis no momento de chegada. Pelos estudos realizados por diversos autores (Casa do Brasil, 2004; Ferin, 2004, Padilla, 2004) depreende-se que um grande número de imigrantes brasileiros procura estabelecer contatos com familiares próximos ou longínquos, bem como com portugueses que conheceu em percursos anteriores à migração, e a partir destas redes, organizar a sua chegada. Deste modo as trajetórias de vida de alguns imigrantes em Portugal, principalmente de mulheres sozinhas, começam em pequenas aldeias do interior do país, das quais partem para vilas e cidades, sempre perseguindo o imaginário de uma vida melhor (Ferin e all., 2006). No entanto, é de sublinhar que nos últimos anos a imigração brasileira, na medida em que se massificou, viu agravadas as condições de acolhimento, nomeadamente de trabalho e habitação. Não tendo como destino as “barracas” (favelas), os imigrantes brasileiros têm vindo a ocupar o centro abandonado e degradado de Lisboa, bem como os municípios da margem sul da área metropolitana de Lisboa, nomeadamente Setúbal e Costa da Caparica, onde partilham espaços exíguos em apartamentos longínquos dos locais de trabalho.

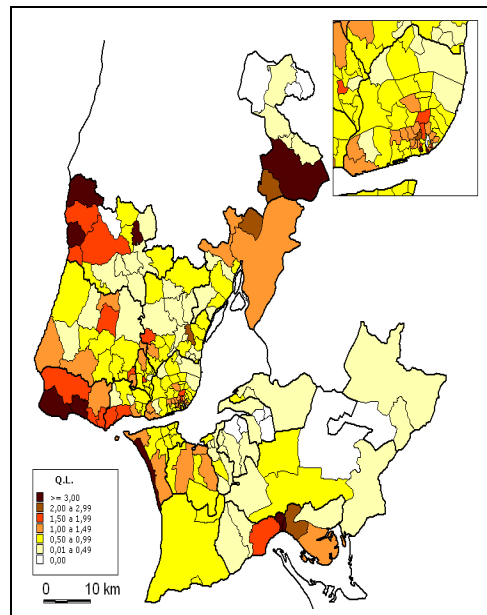


Fig. 2 - Quocientes de localização dos cidadãos brasileiros nas freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, em 2001 (Foncesca, 2003).

PERCURSOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DE PESQUISA

Como já se focou em outros trabalhos (Ferin e Santos, 2008) os meios de comunicação, sobretudo a televisão, tendem a atualizar determinados estereótipos coloniais, nomeadamente os relativos à sexualidade (a mulher brasileira mais disponível sexualmente), ao trabalho (os trabalhadores africanos são indolentes e trapalhões), ao crime (os jovens africanos, e mais recentemente os brasileiros, são potencialmente violentos criminosos) e à capacidade de os grupos se relacionarem (reforçando a ideia de vizinhança problemática de outros grupos étnicos) (Lage e Policarpo, 2006). Estes estereótipos refletem-se na percepção dos portugueses sobre os imigrantes brasileiros e dos PALOP e, ao mesmo tempo, refletem os indicadores da cobertura jornalística dos grandes meios de comunicação portugueses.

Por exemplo, os estudos realizados durante três anos (2005-2007) sobre as representações dos imigrantes na imprensa e na televisão identificaram o “Crime” — e as questões que lhe estão associadas, como a violência e a prostituição — como sendo o tema mais focado (Ferin e Santos, 2006; Ferin e Santos, 2008).² Nas peças jornalísticas da imprensa e da televisão, os grandes atores coletivos dos crimes são os imigrantes brasileiros e as chamadas “2as Gerações”, descendentes de cidadãos dos PALOP, maioritariamente de origem cabo-verdiana. Esta constatação

² Estes dados resultam de um projeto financiado pelo Observatório da Imigração/Alto Comissariado para a Imigração e o Desenvolvimento Intercultural (ACIDI). Construiu-se uma base de dados sobre a imprensa e outra sobre a televisão. As duas bases de dados construídas — com auxílio do SPSS (Statistical Package for Social Science) — integraram dados referentes a um *corpora* de 8 publicações impressas (diários e semanários) e materiais referentes aos noticiários do *prime-time* de três canais abertos de televisão, perfazendo um total de 8675 peças, nos meios impressos, e 1332 peças na televisão.

originou um outro conjunto de pesquisas que objetivou compreender não só como estes cidadãos se viam representados nos meios, como registrar quais os usos e consumos que deles faziam. Neste âmbito foram desenvolvidos dois projetos: no primeiro (2004-2006), que decorreu na região centro de Portugal (Coimbra, Viseu e Aveiro), realizaram-se entrevistas semi-dirigidas e questionários a mulheres imigrantes brasileiras; no segundo (2007/2008) procedeu-se a uma sondagem nacional e à realização de sessões de grupos focais com imigrantes brasileiros e dos PALOP.

No primeiro projeto — que compreendeu entrevistas com 10 imigrantes brasileiras, com mais de um ano de permanência em Portugal com escolaridades média e ocupação em serviços —, os resultados obtidos apontaram para uma interrelação entre os ciclos de vida e a decisão de imigrar, assinalaram experiências de migrações no Brasil anteriores à imigração e confirmaram que as imigrantes tinham ocupações profissionais inferiores às suas habilitações. Outras conclusões identificaram o papel da imaginação ativa no momento de imigrar — na concepção de Appadurai (2004) de impulso para a ação — e da nostalgia, no confronto com a realidade e na impossibilidade de regresso imediato. A imaginação ativa permite “sonhar” com um futuro melhor, quando se toma a decisão de migrar, e superar as adversidades no momento da chegada. Ela possibilita ainda “reinventar os quotidianos” e “alargar os prazos” para que os sonhos que geraram a migração, e demoram a acontecer, se venham a concretizar num futuro próximo. As entrevistadas demonstraram ainda uma percepção muito aguda da sua visibilidade social que decorre, quer dos estereótipos e imaginários portugueses sobre a mulher brasileira, quer das representações que os Media continuamente emitem sobre os fenómenos da prostituição da mulher brasileira.

No mesmo projeto, outros indicadores permitiram afirmar que, no confronto quotidiano com os portugueses, as brasileiras reparametrizaram e ressemantizaram os seus imaginários. Elas empreendem, ao mesmo tempo, um processo contínuo de avaliação do que deixaram para trás— o “seu” país, a família, os amigos, uma certa felicidade e alegria — e do que já conseguiram, ou imaginam que irão conseguir: tranquilidade, melhores salários, futuro para os filhos, ajudar a família, melhorar na vida. Neste processo longo de reorganização de imaginários surgem diversos elementos nostálgicos, descritos como sentimento de perda, evocações de algo que se perdeu e não é recuperável. Mas a nostalgia também está presente, quando se recordam as expectativas e os imaginários que levaram à imigração, bem como aquilo que foi “sonhado” e não foi vivido. Nota-se, ainda, que os Media constituem um dispositivo que ativa a nostalgia, sobretudo a música e as telenovelas, transportando as mulheres entrevistadas para sentimentos e vivências passadas, mas também fazendo com que elas compartilhem imaginariamente — ou através de dispositivos como as redes sociais da Internet, o telemóvel ou o telefone — o mesmo momento com os seus familiares no Brasil.

No segundo projeto, executado de julho de 2007 a julho de 2008, que envolveu a organização de sessões de grupo de foco na Grande Lisboa,³ os resultados apurados apontaram para consumos e práticas que, simultaneamente, se aproximam e distanciam dos públicos portugueses. Nos depoimentos recolhidos, a televisão surge como grande elo de coesão e de exclusão social, na medida em que é a partir da televisão que todos reconhecem o país onde vivem e pretendem ver-se reconhecidos. É, também, através da televisão que todos os participantes constroem e reconstruem as suas identidades individuais e coletivas — português? luso-africano? cabo-verdiano? guineense? brasileiro? luso-brasileiro? — e se interrogam sobre o seu papel na sociedade onde escolheram viver. É este dispositivo que medeia a percepção de comportamentos estigmatizantes e de estímulos à integração, contribuindo para que se sintam participantes de uma cidadania de cultura e de uma cultura de cidadania (Couldry, 2006).

Os resultados das sessões de grupos focais com os cidadãos dos PALOP demonstram que estes se percebem como “vilões das notícias”, na medida em que se sentem, individual e coletivamente, apontados, em elevado número de peças, como «delinquentes» ou causadores de violência e identificados através do seu fenótipo e dos bairros onde habitam. Por esta razão, os participantes atribuem às notícias, veiculadas consecutivamente nas televisões generalistas, a destruição da auto-estima, não só coletiva como individual. Observamos, igualmente, que há uma percepção de injustiça — fundamentada em situações de quotidiano, relações com as instituições e representações nos Media — que poderá vir a desencadear respostas reativas, nomeadamente através de implosões sociais, de processos de auto-marginalização e do aumento da delinquência (Champagne, 2000). Mas verificamos, também, um movimento inverso nos jovens, fundamentado em indicadores de resiliência, que valorizam a participação em movimentos de denúncia de racismo e de discriminação, em formas de luta pelo realojamento, organização de creches e centros de apoio a jovens e crianças.

³ Foram organizadas 4 sessões com imigrantes dos PALOP num total de 29 participantes (apesar de as mulheres terem sido convidadas a participar em igual número, apenas compareceram 5, e todas as outras alegaram afazeres domésticos ou obrigações familiares) e 2 sessões com 10 imigrantes brasileiros (5 homens e 5 mulheres).



Fig.3 — Bairros Sociais de Lisboa. Acedido em Maio de 2009

(<http://diario.iol.pt/multimedia/oratvi/multimedia/imagem>)

Para os integrantes destas sessões, os meios de comunicação, em especial a televisão, constituem um palco onde não se veem representados nem retratados na proporção da sua presença em Portugal. Em resposta, procuram produtos que “alimentem” e ou “reforcem” as suas identidades plurais, geradas pelas migrações e caracterizadas por desigualdades no acesso à cidadania e aos bens de consumo. Esta busca pela identidade promove o consumo de informação e da programação da RTP África⁴, mas também da *world music* de origem africana, emitida na RDP África⁵. Se nos consumos da RTP África há uma tendência em valorizar as raízes e as origens primordiais num local geográfico preciso, nos consumos da RDP África evidencia-se o interesse pelos modelos culturais de sucesso da diáspora africana atlântica, com ênfase na música e nos estilos de vida, mas também, de forma disfórica, pelos modelos de contracultura como os que estão presentes em filmes brasileiros como *Tropa de Elite*, *Carandiru* e *Cidade de Deus*. No interior do nicho de mercado “afro”, o cosmopolitismo destes consumos, mais presente nos jovens participantes das sessões, é bastante semelhante a outros cosmopolitismos apresentados pelos jovens portugueses, que procuram identificações com ritmos, sons e estilos de vida urbanos divulgados pelo cinema e pela MTV. Tal como refere Contador (2001), o quadro de referência destes filhos de imigrantes já não está nos países de origem dos seus pais, nem nas memórias reconstruídas por estes em Portugal. O processo de identificação destes filhos de imigrantes é o mundo globalizado e aquilo que lhes oferece mais proximidade cultural e que lhes permite reivindicar, inventando e reconstruindo, uma

⁴ Canal pertencente ao Grupo RTP, Rádio e Televisão de Portugal, S.A. É uma sociedade de capitais públicos que tem como objetivo a prestação de serviços públicos de rádio e de televisão. Neste último setor inclui os seguintes canais: RTP1 e RTP2 (canais de sinal aberto), os canais regionais RTP Madeira e RTP Açores, os canais internacionais RTP Internacional e RTP África, os canais temáticos, também a cabo, RTPN (dedicado exclusivamente à informação), a RTP Memória e ainda a RTP Mobile

⁵ Canal de rádio, direcionado para a África e comunidades africanas em Portugal, pertencente ao Grupo RTP, Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

identidade “étnica” ou uma “etnicidade” fundada na sua hipotética especificidade cultural. No entanto, observa-se, nos comentários sobre a sociedade e sobre os usos e consumos dos Media, que há uma discussão sobre a “portugalidade” (Machado, 1992) que perpassa o grupo, independentemente do local de nascimento, das idades e trajetórias individuais.

Os brasileiros vivem, por sua vez, a imigração numa perspectiva ambígua: por um lado há um excesso de referências ao Brasil e às indústrias culturais brasileiras — música, publicidade, telenovela, autores e atores —, por outro lado há uma crescente relutância na população dominante aos indicadores de identidade brasileira. Esta situação promove estratégias de convivência diferenciadas nos cidadãos, ora silenciando as características de identidade mais visíveis, ora reforçando e carnavalizando os mesmos traços de identidade. O silenciamento dá-se sobretudo na mitigação do sotaque e na adaptação de comportamentos e hábitos de vestir e estar e a carnavalização acontece quando se exageram determinados traços culturais, muitas vezes estereotipados, que se sabe serem apreciados pela sociedade dominante. Ao mesmo tempo, como se viu pelos diversos usos e consumos dos Media referidos, estes participantes são maioritariamente cosmopolitas nos seus gostos, não só porque demonstram uma grande familiaridade com o campo dos Media, como por terem informação e conhecerem as empresas e marcas das grandes empresas difusoras. No entanto, esta pré-disposição para os consumos globalizados não impede que os Media — a Internet (onde consultam amiúde os jornais das regiões de origem) e as telenovelas (onde procuram rever, por exemplo, o Rio de Janeiro e “sentir o chop”) — sejam utilizados de forma nostálgica. Quer isto dizer que os usos e consumos dos Media tendem a acompanhar os diversos contextos sociais em que os cidadãos brasileiros se inserem e, ao mesmo tempo, através de múltiplos dispositivos tecnológicos, a estabelecer a relação entre um “lá” e um “cá”, no sentido de diminuir as distâncias e preservar e consolidar os laços afetivos.

DISCUTINDO CONCEITOS E DADOS EMPÍRICOS: REPRESENTAÇÕES NOS MEDIA E NOSTALGIA

Com base nos resultados de pesquisas anteriormente realizadas, elegemos como eixos estruturantes deste artigo os conceitos de “representação” nos Media e “nostalgia”, na medida em que eles permitem compreender muitos dos dados recolhidos nos projetos desenvolvidos. Convém ainda referir que a apresentação destes conceitos não procura traçar a genealogia dos mesmos, mas sim perceber como se articulam com a cadeia de produção das mensagens pela sociedade dominante e o consumo das mesmas pelos imigrantes dos PALOP e brasileiros.

Como escreve Hartley (2004, p. 233-234), “representação” é um conceito polissémico que na Política significa que uns poucos escolhidos se assumem como representantes

do povo. Na perspectiva que nos interessa aqui focar, as representações são a forma concreta (significantes) assumida por conceitos abstratos, onde determinados signos são privilegiados em relação a outros. Nos Media as representações culturais dominantes numa determinada sociedade tendem a suportar as escolhas e os discursos das mensagens, revelando as estruturas e relações de poder dessa sociedade. Não é por acaso que grande parte dos estudos sobre representações, e nas chamadas Teorias da Representação Social, se debruçam sobre as avaliações cognitivas que os indivíduos e grupos fazem sobre qualquer aspecto das condições de existência. Trata-se, na verdade, de uma maneira de organizar o conhecimento da realidade, ela mesma já uma construção social elaborada a partir de códigos de interpretação marcados pela cultura. As representações apresentam assim dois sentidos, por um lado estruturas de conhecimento estabilizadas na memória, individual e coletiva, a longo prazo, e por outro lado, construções circunstanciais feitas num contexto particular e com fins específicos, elaboradas numa dada situação para fazer face a exigências de uma determinada tarefa em curso.

Dentro da Psicologia Social e seguindo Fischer (2002, p.151-153), para entender o conceito de representação deve-se ter em conta as definições de Piaget, Moscovici e Jodelet, autores que contribuíram de forma definitiva para as Teorias da Representação Social. Segundo Fischer, a contribuição de Piaget vem no sentido de a representação coincidir com a imagem mental, bem como associar a “representação” a um sistema de significação constituído por significante o significado. Na mesma linha, o mesmo autor refere que o contributo de Moscovici é entender a representação social como um sistema de valores, noções e práticas relativos a objetos, aspectos ou dimensões do meio social, que permite a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos e serve de instrumento de orientação e resposta a percepções. Fischer escreve ainda (2002, p.153) que o conceito de representação de Jodelet designa uma forma de pensamento social, orientada no sentido da comunicação, da compreensão e do domínio do meio ambiente social, material e conceptual.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, a representação é a forma como o mundo é socialmente construído e representado por nós e para nós. Quando se trabalha com a representação o objetivo é compreender a cultura como uma prática significativa, materializada nos discursos, imagens, sons e outros modos de produção de sentido (Barker, 2000, p. 8). Neste âmbito a representação está intrinsecamente associada ao Poder de representar e por isso adquire uma dimensão essencialmente política. Esta dimensão compreende, antes de mais, o poder de nomear (por exemplo, o que se evoca quando se diz “preto” e “negro”); o poder de representar o senso comum (por exemplo, quando se diz “os brasileiros são alegres”); o poder de criar “versões oficiais” (por exemplo, quando se diz que nas prisões portuguesas mais de 45% da população é

estrangeira); o poder de representar a ordem social do mundo (por exemplo, quando se mostra a polícia prendendo imigrantes sem papéis).

Estes poderes estão associados aos conceitos gramscianos de “hegemonia” — entendida como o poder de determinados grupos de interesse de definirem o sentido cultural de determinadas representações e exercer controle social— e “ideologia”, compreendida como mapas de sentidos que suportam, no quotidiano, o poder de grupos sociais particulares. A hegemonia de uma ideologia é, então, o processo pelo qual certas formas de entender o mundo se naturalizam, isto é são apropriadas pelo comum dos cidadãos sem reflexão prévia. Por exemplo, em muitas situações do quotidiano em Portugal há comportamentos discriminatórios face aos cidadãos de origem africana ou brasileira, pelo fato de estes comportamentos estarem naturalizados na cultura portuguesa em função de um passado colonial. Este exemplo demonstra que independentemente da sociedade portuguesa ser hoje multi-étnica, predominam os valores de uma classe média, masculina e branca. Estes valores estão igualmente presentes nos meios de comunicação, principalmente nas televisões, quando, por um exemplo, apresentam as mulheres imigrantes brasileiras como “fáceis” e “desfrutáveis” sexualmente.



Fig.4 — *Frame (fotograma) de uma notícia sobre prostituição de mulheres brasileiras no canal Televisão Independente (TVI) de 01/01/2004*

Inicialmente o conceito de hegemonia foi utilizado para explicar as relações de poder entre as classes sociais e estendeu-se progressivamente às relações de género e etnicidade. Para contrariar as representações hegemónicas fundadas em estereótipos culturais dominantes,

nomeadamente os vinculados à noção de “raça” e etnicidade, Hall (1997) considera que se deve implementar políticas de representação. Para este autor estas políticas deverão articular, por um lado, imagens, linguagem, realidade e sentido dos quotidianos; e, por outro, questões de cidadania e democracia. É nesta articulação entre a esfera privada e a esfera pública, que os Media poderão reforçar, ou fragilizar, determinados grupos sociais como os imigrantes.

Os Estudos sobre os Media atribuem grande importância ao conceito de “representação” e à sua relação com a ideia de “realidade”, principalmente os que se debruçam sobre géneros televisivos como notícias, reportagem e documentários. Representação é, nesta perspectiva, construir um texto (oral, escrito, acompanhado de imagem, som e cor) que seja o mais possível fiel a uma situação específica. O “realismo” refere-se a um sistema de convenções, a um conjunto de códigos e dispositivos intrinsecamente relacionados com algumas tecnologias que procuram representar as vivências do quotidiano. Por exemplo, em determinadas notícias sobre as mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, o texto da notícia é “politicamente correto”, no entanto as imagens “reais” selecionadas, que acompanham esse texto, utilizam determinadas técnicas na forma de captar a imagem, como planos de câmara, que acentuam as formas femininas das mulheres e induzem à atribuição de determinados estereótipos.

Como se depreende, por mais “realística” que seja a representação, ela é sempre uma construção — na qual participaram técnicos e profissionais que seleccionaram imagens e planos e acordaram a edição final — adaptada a um determinado meio de comunicação. É neste contexto que surgem elementos de representação, principalmente na televisão, que tendem a estereotipar determinados grupos e indivíduos que detêm posições mais fragilizadas face à cultura e à sociedade hegemónica. O estereótipo é uma forma de simplificar informação e opera, normalmente, nos Media em dois sentidos: reforçando imagens de indivíduos e grupos despossuídos e socialmente mais frágeis; acentuando as representações e o poder daqueles que são considerados incluídos, por oposição aos excluídos. Para compreender os estereótipos e perceber como trabalham socialmente é necessário recuar histórica e culturalmente à sua origem, e a partir desse ponto reverter o processo, por meio de desconstruções e desmitificações do sentido inicial (Hall, 1996). Por exemplo, quando os meios de comunicação sugerem que os imigrantes dos PALOP, e sobretudo os da chamada “2ª Geração”, não querem trabalhar, sugerindo com isto a representação estereotipada do «africano preguiçoso», deve-se tentar explicar como surgiu historicamente esta representação, e por que razão ele foi atualizado pela sociedade dominante e pelos Media, relativamente aos imigrantes de África e seus descendentes.

Estas observações sobre a representação nos Media implicam a reflexão sobre os sistemas de significação utilizados, não apenas a linguagem verbal, mas sistemas que envolvem

aparatos técnicos de produção, como a paginação nos jornais, os planos de filmagem, os cortes de edição, a seleção de cores e figurinos, etc. A classificação do mundo e a comunicação desta classificação através de sistemas de significação constroem e reconstroem representações que tendem a incidir de forma contundente sobre aqueles que não têm voz, isto é, sobre aqueles que não têm forma de colocar no espaço público as suas representações. Mais uma vez, não é por acaso que nas peças televisivas e impressas os imigrantes são os que menos veem incluídos os seus testemunhos sobre fatos onde, normalmente, são os atores principais.

Nos estudos empíricos realizados, o conceito de Nostalgia revelou-se muito importante. O termo nostalgia deriva etimologicamente do Grego *nostos*, que significa retorno a casa, e *algia*, que é uma situação de dor prolongada. O vocábulo foi utilizado durante muitos séculos como diagnóstico de uma doença que compreendia sintomas de melancolia provocada muitas vezes por um distanciamento de casa ou de alguém a quem se queria muito e, em situações mais críticas, poderia levar à anorexia e ao suicídio. Nos séculos XIX e XX o vocábulo libertou-se da medicina e entrou na literatura e no quotidiano para significar um sentimento de recordação do passado perdido, para designar um estado de espírito que articula o presente — onde alguém vive, mas se sente estranho — e um passado, onde cada um se sente, ou se imagina sentir em casa. A reinvenção de sentido demonstra, ainda, um deslocamento do vocábulo da esfera espacial — distanciamento de casa — para a esfera temporal, do presente para o passado. O termo inclui, ainda modernamente, múltiplos usos metafóricos e cruzamentos de sentidos, tornando-se uma ferramenta crítica para interrogar a articulação do passado com o presente e os processos de memória que levam ao apagamento ou à sobrevalorização de determinadas vivências do passado no presente. O conceito torna-se, assim, um instrumento para avaliar como as representações do passado são recriadas no presente e como a saudade, real ou imaginada, motivada pelo afastamento de um passado, construído e ou idealizado, pode intervir nas representações coletivas da memória.

Os Media, sobretudo aqueles que estão fundados na imagem, como o cinema, a fotografia e a televisão, contribuíram de forma definitiva para a expansão do conceito e do sentimento de nostalgia, na medida em que, em conformidade com os ritmos da sociedade capitalista, incutem uma crescente velocidade ao consumo do tempo, passado, presente e futuro. Nostalgia torna-se assim um conceito guarda-chuva que espelha uma certa reação à velocidade da temporalidade moderna ao rejeitar a insistente avaliação positiva da temporalidade transitória e ao tentar travar, através do diálogo com o passado, a aceleração do tempo histórico (Sedikidis, Wildschut e Baden, 2004: 200-215). Explorando esta última faceta — travar o presente, dialogar com o passado —, o conceito de “nostalgia” tem sido apresentado como retrógrado, reacionário e oposto ao progresso, sendo compreendido como uma forma descrença sobre o presente, e uma

evidente perda de esperança no futuro.

Como este conceito surge nos estudos empíricos realizados? Como se articula histórica e culturalmente o passado e o presente no quotidiano da imigração? De que forma estas diversas acepções surgem entre os imigrantes africanos e brasileiros? Em que medida se pode falar de um conceito de “nostalgia” ou de vivências individuais e coletivas de um estado de “nostalgia”? Será que brasileiros e cidadãos dos PALOP têm as mesmas vivências, e em que medida o fato de se ter nascido, ou ter nacionalidade, Guineense ou Cabo-Verdiana é determinante para esta apropriação? Em que medida o género (homem ou mulher) e a idade (jovem, adulto, mais de 50 anos) condiciona as percepções e o sentimento de “nostalgia”?

Antes de mais convém frisar que estudos anteriores (Ferin, 2006, Cabecinhas, 2007 e Carvalheiro, 2008) já tinham assinalado a persistência de hierarquias coloniais nos movimentos migratórios pós-coloniais que trouxeram para Portugal imigrantes brasileiros e africanos. Assim, as mulheres brasileiras entrevistadas na região centro de Portugal referem (Ferin, 2006: 7-33), como impulso para a imigração, os laços históricos e culturais entre Portugal e o Brasil e lamentam — olhando para o passado com “saudades” desse sentimento aconchegante — que esses laços não se reflitam no quotidiano das suas vidas. A história comum e a cultura partilhada entre os dois países surge nestas imigrantes como algo que, no passado, se tinha como “verdade adquirida” mas que em confronto com o presente perde importância, mesmo quando se afirma ser “Portugal a Pátria mãe do Brasil” (Ferin, 2006, p. 7-33). Outras manifestações de articulação entre o passado e o presente surgem na evocação das relações sociais caracterizadas como “mais fáceis ” “lá” no passado e “lá” no Brasil, e as que são vividas em Portugal. Nestas apreciações há a compreensão de que a sociedade portuguesa é demasiado estratificada, com muitas barreiras simbólicas difíceis — para quem pertence à classe média e média baixa urbana brasileira — de descodificar e ultrapassar. Por exemplo: os pequenos poderes associados aos estatutos hierárquicos e sociais (envolvidos nas redes sociais, políticas, económicas e religiosas ao abrigo de genealogias várias); as “nomeações” (Sr. Doutor, Sr.^a Doutora, Sr. Engenheiro, Professor, Professora); os códigos de vestuário (as cores e os trajes que devem ser utilizados ou evitados no trabalho ou no lazer); os códigos de comportamento (ser comedido nas emoções, manter as distâncias e as hierarquias nos relacionamentos profissionais, evitar escutar música alto em casa ou nos locais de convívio) e incorporar códigos proxémicos/corporais muito diferentes e sutis.

Estas comparações são, na generalidade, mediadas pela televisão (sobretudo pelas telenovelas e canais brasileiros) e pelas redes sociais da Internet, como o MSN e o Orkut. Mas a “nostalgia” do passado nem sempre é uma ideia de perda; ela surge como uma forma de desafio para superar adversidades do quotidiano, um impulso para a ação no presente. A nostalgia também

nem sempre está associada à ideia de um futuro regresso à terra natal e pode ser apenas o sentimento de um tempo “bom, mau ou apenas diferente”, perdido para sempre e evocado através de algumas representações já estereotipadas, como acontece com alguns imigrantes que se encontram há muitos anos em Portugal, que imaginam todos os dias o regresso mas não o conseguem concretizar.

O mesmo sentimento surge entre os participantes mais velhos dos PALOP, muitos dos quais evocam ter nascido “portugueses” e fazem incessantes referências a um passado colonial. Nestes a nostalgia pelo tempo colonial significa o recuo a um tempo de “mapas mentais” seguros — eu sei quem sou (colonizado) e sei quem é o outro (colonizador) — e de esperança numa vida melhor na sua terra. Ao mesmo tempo, esta nostalgia pelo tempo colonial é uma nostalgia por um passado em que a imaginação ainda era possível e as culpas de fracassos, individuais e coletivos, atribuídas a um sistema exterior. As independências dos PALOP, e as trajetórias individuais que trouxeram muitas pessoas para a ex-metrópole, levam a um processo complexo de reorganização do indivíduo perante aqueles que assinalou como “colonizadores” e conheceu dentro de um sistema colonial (Memi, 1985). A nostalgia que estes cidadãos mais velhos demonstram é, também, a memória do antes e do imediatamente após a colonização, do fim de um sistema em que foram socializados e que uma vez terminado, e não concretizadas as promessas das lutas de libertação, lhes deixou um vazio. O sentido de nostalgia incorpora aqui a sensação de estar em permanente trânsito, não pertencer a este ou a outro lugar, e manifesta-se nos mais velhos, pela referência incessante a um passado colonial, e nos mais novos, pela busca de formas culturais “de origem negra” globalizadas. Contudo, embora os mais novos não tenham vivido a colonização eles compartilham uma memória coletiva de um “lá”, mas a sua nostalgia expressa-se sobretudo pelo que poderiam viver, ou seja, pelas múltiplas vidas que imaginam possíveis para lá deste território, bairro ou país, onde habitam (Nafici e all., 1999). A televisão, sobretudo a música, via MTV e Internet, tornam-nos capazes de construir identidades através de uma nostalgia imaginada que cria “saudades” de coisas e de situações que nunca viveram, mas cujos modelos globalizados lhes permitem compartilhar ou participar de experiências longínquas, mesmo quando estão apenas sentados no sofá da televisão ou na cadeira do computador.

Os Media e a “nostalgia” articulam-se assim em três sentidos, nem sempre distintos e muitas vezes concomitantes: em primeiro lugar ativam a memória do passado vivido e recriam-no no presente; em segundo lugar criam um sentimento de perda e de melancolia por um passado que apenas foi vivido através de representações mediáticas; um terceiro aspecto é a geração de um sentimento de desesperança pela incapacidade de viver o presente com a mesma intensidade, mediática, com que se vive o passado. Esta relação com os Media promove uma dicotomia temporal

entre o passado e o presente e cria dificuldades na compreensão dos elementos históricos e culturais que constituem os elos de continuidade entre o passado e o presente. Neste sentido, os Media incentivam o aparecimento de elementos retrógrados, valorizando versões únicas e definitivas sobre o passado, em detrimento do presente. Ao mesmo tempo, deixam espaço livre para que surjam reações conservadoras no presente, bem como incentivam atitudes derrotistas face ao presente. Num outro sentido, os Media incitam a atitudes de busca do inatingível, surgindo o conceito de Nostalgia na sua versão utópica, como impulso para a ação, ancorado no passado mas com vista à satisfação no futuro (Pickering e Keightley, 2006, p. 919-941).

Nostalgia pode então ser vista, em simultâneo, como melancólica e utópica, não como uma busca por segurança ontológica no passado, mas como uma forma de escolher um outro caminho nas incertezas do presente. Isto abre uma dimensão positiva para o conceito de nostalgia, associado ao desejo de compromisso com a diferença, com aspirações e críticas e com a identificação de caminhos para viver e gerir os fracassos e as vitórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, A. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- BAGANHA, I. e all. *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2002.
- BARKER, C. *Cultural Studies: Theory and Practice*. London: Sage, 2000.
- CABECINHAS, R. *Preto e Branco: a naturalização da discriminação racial*, Porto: Campo das Letras, 2007.
- CARVALHEIRO, J. R. *Do Bidonville ao arrastão: Media, Minorias e Etnicização*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- CASA DO BRASIL. “A segunda vaga de imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudos de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal”. (www.casadobrasildelisboa.rcts.pt/arq-artigos/pesquisa_brasileiros.doc), 2004. Acedido em Maio de 2008
- CASTELS, S. e MILLER, M.J. *The Age of Migration*. Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan Press, 1999.
- CHAMPANGNE, P. “Violence visible, violence invisible”. In: FERENCZI, T. (org.). *Faut-il s’accomoder de la violence?* Paris: Editions Complexes, 2000.
- CONTADOR, A. C. *Cultura Juvenil Negra em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- FENTON, N. “Bridging the Mythical Divide: Political Economy and Cultural

- Studies Approaches to the Analysis of the media”. In: DEVEREUX, E. (org.). *Media Studies: Key Issues & Debates*, pp. 7-31, London: Sage, 2007.
- FERIN, I. e Santos, C. A. (2006). *Media, Imigração e Minorias II: Imprensa e Televisão*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ACIME.
- FERIN, I. e SANTOS, C. A. *Media e Imigração (2005-2007)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ACIME, 2008.
- FERIN, I. (coord.). *A televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*. Lisboa: Quimera/Bond, 2006.
- FERIN, I. “Media e Imaginários: estratégias de apropriação de conteúdos pelas brasileiras em Portugal”. In: *Revista Media & Jornalismo*, nº8 (5): 7-33, 2006.
- FISCHER, G.N. *Os conceitos fundamentais da Psicologia Social*. Lisboa: Piaget, 2002.
- FONSECA, M. L. “Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas”. Conferência proferida no I Congresso de Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania e Integração, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 18-19 de Dezembro de 2003.
- FRANÇA, L. e al. *A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1992.
- GASPAR, Jorge (s.d.) “O sítio: ocupação e organização do território”. (<http://www.geocities.com/>).Acedido a 2 de Maio de 2009.
- GIDDENS, A. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1975.
- HALL, S. (ed.). *Representations*. London and Thousand Oaks: Sage, 1997.
- HALL, S. e al. *Policing the crisis: mugging, the State, and law and order*. London: Macmillan, 1978.
- HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- HARTLEY, J. *Comunicação, Estudos Culturais e Media*. Lisboa: Quimera, 2002.
- LAGES, M. e POLICARPO, V. *Os imigrantes e a População Portuguesa: Imagens recíprocas*. Lisboa: ACIME, 2006.
- MACHADO, F. L. *Contrastes e Continuidades*. Oeiras: Celta Editora, 1992.
- MALHEIROS, J. M. *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

- MALHEIROS, J. M. *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: OI/ACIDI, 2007.
- MEMI, A. *Portrait du colonise, Portrait du colonisateur*. Paris: Editions Gallimard, 1985.
- NAFICI, H. e all. *Home, Exile, Homeland: Film, Media, and the politics of place*. London: Routledge, 1999.
- NUNES, P.S. “Uma cidade de proprietários? Mudanças na distribuição dos estatutos de ocupação e alojamento na Área Metropolitana de Lisboa entre 1950 e 2001”, *Fórum Sociológico*, nº 13/14: 113-135, 2005.
- PADILHA, B. “Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities”. 9th International Metropolis Conference (<http://pascal.iseg.utl.pt/>), 2004. Acedido em Maio de 2008.
- PAIS, J.M. *Sociologia da Vida Quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. Lisboa, SOCIUS/ISEG, nº 11, 2004.
- PICKERING, M. e KEIGHTLEY, E. “The Modalities of Nostalgia”, *Current Sociology*, November, vol. 54(6): 919-941, 2006.
- PIRES, R. P. “Dinâmicas da Imigração em Portugal (1960-2001)” In: *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- PORTES, A. *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Fim de Século, 2006.
- RAPOSO, O.R. “Sociabilidades juvenis em contexto urbano. Um olhar sobre alguns jovens do bairro do Alto da Cova da Moura”, *Fórum Sociológico*, nº 13/14: 151-170, 2005.
- REBELO, J. e all. *Estudo de recepção dos meios de comunicação social portugueses*. Lisboa: ERC, 2008.
- SASSEN, S. *The Global City*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SEDIKIDIS, C., WILDSCHUT, T. e BADEN, D. “Nostalgia: conceptual Issues and Existential Functions” In: *Handbook of Experimental Psychology*, Chapter 13, pp. 200-215, 2004.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (SEF). *Relatório Estatístico 2007*. (<http://www.sef.pt/documentos/>). Acedido em 2 de Maio de 2009.
- TINHORÃO, J.R. *Os Negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Lisboa: Ed. Caminho, 1997.

VALLA, J. e all. *Simetrias e identidades : jovens negros em Portugal*. Lisboa : Instituto Português da Juventude, 2003.

VALLA, J. e TORRES, A. (org.). *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

ISABEL FERIN é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), tendo realizado licenciatura em Histórica pela Faculdade de Letras de Lisboa. É pesquisadora do Centro de Investigação de Media e Jornalismo (CIMJ) e do Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva (Obitel). É professora do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem relaziado pesquisas sobre os seguintes temas: Media e Sociedade, Análise dos Media, Media e Migrações, e Ficção televisiva.

Submetido: 04/04/2009.

Aceito: 18/05/2009.